



O Psicólogo Escolar e o Orientador Educacional no Cotidiano Escolar

Maria Lúcia de Abrantes*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 inclui de forma expressa, como uma primeira etapa na educação básica, a educação infantil, seguida pelo ensino fundamental e médio. No artigo 29, ao explicitar a finalidade desta etapa, afirma:

a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Sobre esta etapa há apenas mais dois artigos: um informando onde ela deverá ser oferecida, incluindo as antigas creches, para as crianças até três anos e os conhecidos pré-escolares, para as crianças de quadro a seis anos de idade (art.30) e outro que se refere à forma de avaliação com caráter de acompanhamento, sem cunho promocional, “mesmo para o acesso ao ensino fundamental” (art. 31).

Interessante observar que apenas nesta sessão da lei há a referência, de forma explícita, ao aspecto “psicológico” como parte do “desenvolvimento integral da criança” que, associado aos demais aspectos também citados, integraria os fins desta etapa da educação formal. Interessante também observar a crescente presença da figura do Psicólogo nesta fase da educação que, antes desta legislação, quando as creches estavam ligadas às Secretarias de Saúde e/ou do Bem-estar Social, já era profissional recomendado, juntamente com nutricionistas, pediatras e pedagogos. Mas, naquela circunstância, priorizava-se muito mais a lente da higiene e, digamos, da “maternagem”, do que a ótica pedagógica, que praticamente ocupava o espaço do bom-senso.

Resumo

A partir de trabalho de campo realizado em escola pública de Educação Infantil, o texto discute a atuação do Psicólogo, em ascensão na cena escolar, após o desabastecimento do Orientador Educacional, patrocinado principalmente pela rede pública estadual do Rio de Janeiro. Recuperando historicamente a trajetória da formação deste profissional, analisa como se deu seu movimento de atuação no cotidiano escolar, alertando que, pela natureza complexa e contraditória da escola, o Psicólogo precisa inteirar-se desta trajetória, integrando-se na equipe dos profissionais da escola responsáveis pela articulação do seu projeto político-pedagógico, em direção a uma gestão colegiada, que não cessa de inscrever-se, numa proposta de democratização das relações de poder. **Palavras-chave:** cotidiano escolar, orientador educacional, psicólogo escolar.

* Pedagoga, Psicóloga, Mestre em Educação pela UFF e Doutora em Educação pela USP. Vinculação: Professora Adjunta do Dedu/FFP/UERJ e do FEUFF (aposentada).
E-mail: malu.af@terra.com.br

Hoje, reforçados pela obrigatoriedade legal de sua oferta, inclusive na rede pública, os estudos sobre esta etapa da escolaridade ampliam e aprofundam sua discussão, já presente há mais de 40 anos no campo da educação.

Interessada em investigar como o trabalho do Psicólogo estava se dando na escola de ensino regular, visitei e permaneci por alguns dias, em uma escola da Rede Estadual do Rio de Janeiro, no município de Niterói, que oferecia Educação Infantil.

Naquela ocasião, durante as observações de seu cotidiano, chamou-me a atenção o lugar ocupado pela psicóloga, o que instigou a realização de uma entrevista, agora apresentada e discutida neste artigo.

Antes, porém, para contextualizar melhor as considerações que pretendo tecer, julgo necessário recordar o caminho construído pelo Pedagogo, especialmente o do Orientador Educacional.

Assim, recuperando historicamente a trajetória da formação do Pedagogo, com destaque no Orientador Educacional, bem como do seu papel na construção do projeto político-pedagógico das escolas, indaga-me o recente desabastecimento deste profissional, especialmente nas escolas da rede pública estadual, e, coincidentemente, da ascensão, em seu lugar, do psicológico escolar e do psicopedagogo, em contexto neoliberal, onde há o reforço da lógica individual e competitiva.

Reafirmando o pressuposto de que a escola continua sendo uma realidade complexa e contraditória, palco de lutas antagônicas, representadas pelos interesses divergentes das classes sociais produzidas pela sociedade capitalista, mais do que nunca parece urgente a retomada da gestão colegiada nas escolas, onde a ação coordenada por uma equipe articulada promova a discussão de um projeto político-pedagógico que, para além dos aspectos técnicos-pedagógicos ou administrativos, avance, mais uma vez, em direção à consciência crítica e à cidadania.

Sobre o escola

A escola oferecia Educação Infantil, na faixa etária de 03 a 06 anos, com 36 turmas, funcio-

nando nos turnos da manhã e da tarde, com, aproximadamente, 830 alunos e 50 profissionais da educação, entre professores regentes, especializados e equipe pedagógica. Esta era formada por uma diretora geral, duas adjuntas, uma administrativa e outra pedagógica, uma orientadora educacional e uma psicóloga.

Segundo a diretora pedagógica, a proposta político-pedagógica explicita a intenção de subordinar o administrativo ao pedagógico, destacando que todas as ações administrativas têm como

objetivo final o sucesso pedagógico da escola, que é oferecer um ensino de qualidade, oportunizando ao aluno aquisição de um saber sistematizado, culturalmente aceito, que o transforme em verdadeiro cidadão.

No que se refere à filosofia, a referida diretora afirma que a escola intenciona propiciar o desenvolvimento infantil, considerando os conhecimentos e valores culturais que as crianças já têm e, progressivamente, garantindo sua ampliação, de forma a possibilitar a construção da autonomia, da cooperação, da criticidade, da criatividade e da responsabilidade, bem como a formação do autoconceito positivo, contribuindo para a formação da cidadania.

Para tanto, diz ela, procura oferecer um ambiente rico de experiências, construído e inserido no dia-a-dia da criança na escola, possibilitando-lhe, pela interação com o professor, ser agente da sua própria aprendizagem, de modo que esta se dê de forma espontânea, através do brincar, num ambiente alegre, onde as emoções possam ser liberadas.

Neste sentido, segundo a diretora pedagógica, é fundamental reconhecer o potencial de cada criança, amando-a e respeitando-a em suas diferenças, para que possa desenvolver condições de amar e respeitar a si mesma e aos outros.

De maneira geral, parece que este ideário encontra-se muito mais no documento da escola e no discurso da direção, do que propriamente na prática de seus docentes, que atuam de forma diferenciada, de acordo com o seu modo de pensar. No entanto, algo parece circular como consenso: o aluno que não responde ao solicitado, deve "ser encaminhado"!

A converso com o psicólogo

A psicóloga, além da graduação, possui especializações em Psicologia Clínica e Psicopatologia Diferencial. Atua como Psicóloga Escolar nesta escola pública e em duas outras escolas da rede privada: uma creche-escola e outra com as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Informa que nesta escola está em desvio de função, pois ingressou nela como professora da pré-escola, onde atuou como docente até uns oito anos atrás. A partir de então, iniciou o trabalho como auxiliar da antiga psicóloga, também em desvio de função, mas que se afastou por discordar com os demais profissionais, no encaminhamento de uma criança. Esclarece que a possibilidade de trabalho do Psicólogo na rede estadual se deu, naquele momento, por conta da redução dos Orientadores Educacionais na rede. No entanto, ainda não estava previsto como função.

Após a saída da antiga psicóloga, assumiu, sozinha, o turno da manhã, uma vez que o turno da tarde é atendido pela antiga Orientadora Educacional, que ainda permanece na escola. Segundo ela, parece que a Secretaria de Educação do Estado pretende regulamentar a situação dos psicólogos escolares na rede, pelo menos nas Escolas de Educação Infantil. No entanto, em termos de remuneração permanece recebendo proventos de docente.

Ao relatar sobre suas atividades, afirma que faz um trabalho institucional, de caráter preventivo, sem cunho terapêutico, apesar de adotar o método clínico no que se refere à postura, à escuta e ao olhar, isto é, mais prolongado e em busca dos detalhes.

Informa que realiza reuniões mensais com as professoras para discussão de textos e estudo de casos. Com o pessoal de apoio, usa dinâmica, sendo que as reuniões não são mensais, mas quando se fazem necessárias. Em relação aos pais, as reuniões são trimestrais, com debate de temas encaminhados pelas professoras. Solicita às professoras que observem os alunos encaminhados através de ficha fornecida por ela, participa dos Conselhos de Classe e entra nas salas para observar o comportamento das crianças e dos professores, bem como a relação entre eles, na dinâmica da aula.

Avalia os professores como aqueles que mais oferecem resistência ao seu trabalho, dando a

entender que assim ocorre devido ao fato de saberem de seu desvio de função. Ressalta, no entanto, que tal resistência foi maior quando iniciou o trabalho. Desconhece em detalhes o tipo de trabalho que a orientadora educacional realiza no turno da tarde, mas acredita que seja como o seu, encaminhando os alunos, quando necessário, para atendimentos ou avaliações com profissionais externos. Informa que as dificuldades mais comuns situam-se na área motora, em distúrbios da fala e nas questões emocionais.

A entrevista foi por duas vezes interrompida por uma funcionária de apoio, informando que havia alguém para ser atendido pela psicóloga. Diante daquela demanda, explicou que havia agendado dois outros atendimentos para aquele dia, tendo previsto, conforme era de seu hábito, o tempo de 40 minutos para cada um, inclusive para aquela nossa conversa. Assinalando para o término da mesma, ofereceu um documento contendo informações complementares, escritos por ela para compor o Projeto Político-Pedagógico da escola a ser encaminhado para a Secretaria, o qual poderia ser lido em outra oportunidade, mediante agendamento telefônico posterior, não acatando a solicitação de xerox do mesmo, assim como não aceitou a alternativa posta no início da entrevista, de seu depoimento ser gravado, afirmando que não se sentiria muito à vontade com a gravação.

Considerações sobre o observado

Segundo Garcia e Maia (1984), a Orientação Educacional surge em São Paulo, em 1924, como um serviço de seleção e orientação profissional. Mais tarde, em 1931, o então diretor do Departamento de Educação de São Paulo, Lourenço Filho, instituiu naquele setor o Serviço Público de Orientação Educacional e Profissional. A partir deste marco inicial, as autoras mostram como o traço fundador da orientação educacional vai tornar este profissional "um porta-voz do projeto do Estado" (1984, p. 17), que acredita na possibilidade de sondagem e desenvolvimento das aptidões individuais, independentes das razões econômicas e sociais, assumindo

um papel de adaptador à sociedade, preparando para a inserção no mercado de trabalho, para a incorporação dos valores da sociedade, tal como se apresentava, para a preservação do particular, em detrimento do público. (1984, p. 15)

As autoras demonstram em detalhes que todas as políticas educacionais daquela data em diante, incluindo o Manifesto dos Pioneiros de 1932, as Constituições de 34 e de 37, bem como as Leis de Ensino 4024/61, 5540/68 e 5692/71, vão conferir ao Orientador Educacional um lugar de neutralidade, sustentado por referencial psicológico reforçador da ideologia das aptidões naturais, amparado pela Lei 5564/68 que provê a profissão, posteriormente regulamentada pelo Decreto 72846/73. A partir daí formularão uma “concepção de ‘Escola’, como instituição isolada do contexto social e de ‘mudança’, como adaptação ao moderno”, vivendo a ambigüidade de pretender-se “agente de mudança, pela manutenção do sistema social”, ao capacitar “o aluno a fazer escolhas profissionais compatíveis com as necessidades de mercado de trabalho”. (1984 p. 15 e 21)

Penso que esta avaliação sobre o Orientador Educacional aplica-se também aos Administradores e Supervisores Educacionais, que, formados em um curso de Pedagogia fragmentado em habilitações (Parecer 252/69 CFE), conforme ideário profissionalizante da chamada Reforma Universitária de 1968, implantada pelo governo militar através da Lei 5540/68, enfatizará os especialistas da educação, numa dimensão técnica “neutra” da especialidade, em direção ao centralismo burocrático, como ocultamento da real opção política de controle do processo pedagógico no interior da escola, oposta ao trabalho democrático participativo.

Assim, este tipo de atuação recebe notável reforço durante a década tecnocrática de 70, quando a educação é valorizada e legitimada pela Teoria do Capital Humano, onde serão promovidas ações na área educacional voltada para a “modernização da escola” e a preocupação com os métodos e as técnicas que se caracterizam pela neutralidade, objetividade e racionalidade. (Fortuna, 2000, p.17).

Neste particular, é importante destacar que o modelo de homem eficaz dentro da sociedade burocrática e planejado é este indivíduo destituído de qualquer qualificativo pessoal, sempre apto a funcionar como uma peça mecanizada na engrenagem econômico-administrativa. (Costa, 1984, p.142)

Entretanto, pelo esgotamento do regime militar a partir de 1978, as pressões dos professores organizados e da sociedade civil como um

todo, assim como a resistência e contestação dos alunos, exigiram novos rumos às práticas escolares, interferindo e requerendo dos chamados especialistas uma revisão de suas posturas, procurando a reavaliação delas e o abandono do autoritarismo burocrático em benefício de uma atuação político-pedagógica que traduzisse uma compreensão crítica da relação da escola com a concretude da sociedade. (Fortuna, 2000, p. 18)

Assim, a década de 80 é marcada por intensa movimentação teórico-prática dos profissionais do campo da educação, em especial o Pedagogo, que, reagindo contra a fragmentação de sua formação, tenta rever suas opções e formas de atuação, buscando articular-se com os interesses dos usuários da escola, inscrevendo-se no movimento sindical da categoria docente, incorporando-se à luta mais coletiva de todos os profissionais da educação.

A reivindicação por gestão democrática impregna o movimento docente, desaguando, em alguns estados e municípios, no provimento do cargo de direção de escola pelo processo de eleições diretas, exigindo do eleito representatividade e compromisso com os sujeitos implicados na instituição que administra. A adoção do método eleitoral como mecanismo de escolha dos dirigentes escolares trouxe, em conseqüência, a possibilidade, a cada processo eleitoral, do grupo se reorganizar, reavaliar suas opções e retomar os projetos e propostas escolares.

Neste momento, os orientadores educacionais, após radical revisão de suas bases teóricas e da sua prática no interior da organização do trabalho escolar, assumirão papel fundamental na garantia da organização dos diferentes segmentos da escola, num trabalho importantíssimo de conquista da consciência cidadã. A promulgação da Constituição de 88 marca o fim da chamada Nova República, dando início às campanhas presidenciais, que terão por resultado o blefe neoliberal de Collor de Mello.

No campo da educação, a década de 90 inicia-se com várias propostas de reformulação para o curso de Pedagogia, surgidas no interior da discussão sobre a formação de professores, articulada nacionalmente pela Associação Nacional de Formação de Professores (Anfop). Nesta época, a atuação destes profissionais em muitas escolas, em especial a do Orientador Educacional, havia

perdido o antigo traço técnico-burocrático, assumindo, de forma cada vez mais clara, seus compromissos com a educação como uma prática político-social.

Contraditoriamente, a partir desta mesma década, o projeto neoliberal vai se aprofundando nas práticas políticas adotadas no país, que se subordinam, em função da proclamada dívida externa, às exigências do Banco Mundial, tornando-se refém da sua lógica. Será na enchente caudalosa das águas invasoras do neoliberalismo que a escola pública sofrerá novo esvaziamento, mais uma vez patrocinado pelas políticas estatais, promovendo, por exemplo, o desabastecimento e a desorganização dos Orientadores Educacionais, quando, por exemplo, são pressionados a cumprir o dobro da carga horária de seus contratos iniciais, justificando com isso a redução do número de orientadores por escola, desfazendo e redistribuindo equipes já articuladas, estimulando aposentadorias ou afastamentos da função.

Parece interessante interrogar porque este profissional, revisto em sua prática, com um referencial teórico capaz de compreender as contradições da escola e nela atuar em favor da consciência crítica e cidadã de seus usuários, passa, exatamente neste momento, a ser substituído por outro, mais “especialista” do que ele, sem inscrição ou formação na lógica da educação, mas que, talvez ingenuamente, acreditando-se competente na área psi, reproduz o modelo dos anos 70, privilegiando os atendimentos individuais, cronometrados na lógica da clínica, onde, em nome de uma “escuta” e de um certo olhar “prolongado” e “detalhado”, enfoca o aluno, a aprendizagem, o professor e a escola sob uma ótica patológica e psicologizante, tratando as possíveis soluções para os “problemas”, como uma questão de caráter exclusivamente pessoal ou individual. Parece que, desarticulado e acima dos demais profissionais da educação e da escola, presta um serviço de atendimento neutro e técnico, preocupando-se com a “adaptação” e a “prevenção” dos desajustamentos, não percebendo a dialética entre a escola e a realidade social, entre o ensinar e o aprender e as condições materiais da existência.

Observa-se que, no caso da psicóloga entrevistada, além do curso de nível médio que lhe conferiu a formação inicial para a docência na pré-escola e talvez as disciplinas pedagógicas na

graduação, caso tenha feito a licenciatura, parece que não houve outra oportunidade de aprofundar e debater as temáticas da educação, já que as especializações foram na área da clínica e da psicopatologia, reforçando, portanto, o viés de olhar e escuta acima citado.

Para concluir indogondo

As idéias aqui expostas não pretendem defender lógicas excludentes, já que não acredito que o Psicólogo Escolar e o Orientador Educacional sejam profissionais que se excluam mutuamente no trabalho escolar. Pelo contrário, há espaço para ambos. Mas parece ser necessário que o Psicólogo, assim como qualquer outro profissional, como, por exemplo, o chamado Psicopedagogo, venha para a escola compondo uma equipe, entendendo a complexidade da lógica da escola no interior de uma sociedade produtora da desigualdade social e da exclusão.

Importa compreender que a educação é, antes de tudo, uma prática humana, política e social e, por isso, contraditória, inacabada, dialética, permanente, multirreferenciada, enfim, um terreno volumoso e aberto. (Foucault, 1999) Mas também importa perceber a escola enquanto instituição social responsável pela educação formal dos cidadãos, garantindo, por isso, a transmissão, a transformação e a criação de um tipo de saber que se acumula historicamente, bem como o desenvolvimento da consciência crítica e cidadã dos seus usuários, ou seja, que patrocine a possibilidade de que nela habitem sujeitos que pensem com autonomia e autoria, construindo, assim, uma escola pública ou privada de qualidade. E isto só será possível em um ambiente onde a participação democrática se coloque prioritariamente, pela troca dos diferentes saberes, pela cordialidade respeitosa das relações e pela transparência das informações, numa prática reiteradamente vivenciada no cotidiano escolar.

Especialmente quando a observação empírica vem confirmando a existência de um mal-estar docente no ambiente escolar, em particular nas escolas públicas, flagradas de forma notória durante as reuniões de professores, como nos Conselhos de Classe, onde aparece com insistência uma queixa impotente dos professores em relação aos alunos “problemas”, oriundos de famílias não menos “problemáticas”, que são encami-

nhados para estes profissionais, depositários de um suposto saber, de onde se espera uma solução absoluta e salvadora.

Por outro lado, é lamentável perceber que, após tantas lutas e apesar da sociedade civil, com avanços e recuos, ter alcançado diferentes formas de organização, as práticas escolares ainda apresentem-se continuamente conformadas com a situação, fundamentando-se na imposição e na coerção legal e burocrática de um Estado que ignora o caminho já percorrido pelos profissionais da educação. Anísio Teixeira, em artigo publicado em 1962, afirmava que aprisionar a educação naquilo que diz a lei é ter uma "concepção mágica da educação", impedindo que a mesma acompanhe o movimento da civilização e da cultura (Teixeira, 1962).

Referências Bibliográficas

- MAIA, Eny Marisa e GARCIA, Regina Leite. *Uma orientação educacional nova para uma escola nova*. São Paulo, Loyola, 1984.
- FORTUNA, Maria Lucia de Abrantes. *Gestão escolar e subjetividade*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000. 147p.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. P.117-189: Sobre a geração AI-5: violência e psicanálise.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo, Martins Fontes, 1999. P. 475-536: As ciências humanas.
- TEIXEIRA, Anísio. Valores proclamados e valores reais nas instituições escolares brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, INEP, 37 (86): 59-79, abr./jun. 1962.

Abstract

From the research that took place in a children's public school, the following text discusses the practice of the Psychologist, in ascension within the school scene, after the fall of the Educational Guide, mainly supported by Rio de Janeiro's state schools. Historically recovering the trajectory of this professional's formation, the text also analyses how his movement of action in the academic everyday life started, warning that, by the school's complex and contradictory nature, the Psychologist needs to be aware of this trajectory, integrating himself in the group of professionals within the school, which are responsible for the articulation of its political-pedagogical project, towards an collective administration, that never ceases to inscribe itself, in a proposition of democratization of the relationships of power.

Keywords: academic everyday life - Educational Guide - school Psychologist